

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros

A Bradesco Vida e Previdência apresenta desempenho de destaque no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores, retribuindo a confiança de seus participantes e segurados e a sólida posição conquistada no mercado.

Manteve posição de destaque em receitas do mercado e produtos de Previdência Complementar Aberta e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), participando com 25,21% do mercado e detendo 19,01% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em dezembro de 2018.

A Bradesco Vida e Previdência, com base nos investimentos relativos aos planos de previdência e VGBL, detinha 26,69% do total do mercado, conforme divulgação pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), em dezembro de 2018.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar

A Bradesco Vida e Previdência apresentou desempenho de destaque em Lucro Líquido, Lucro Líquido de R\$ 3,621 bilhões (R\$ 2,799 bilhões no exercício de 2017). O Patrimônio Líquido somou R\$ 5,415 bilhões, representando uma rentabilidade de 91% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2018, R\$ 27,847 bilhões (R\$ 32,639 bilhões no exercício de 2017). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 6,813 bilhões (R\$ 6,516 bilhões no exercício de 2017).

As Provisões Técnicas cresceram 11,52%, somando R\$ 234,661 bilhões (R\$ 210,426 bilhões em dezembro de 2017), e as aplicações financeiras 11,59%, atingindo R\$ 241,568 bilhões (R\$ 216,469 bilhões em dezembro de 2017).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Vida e Previdência, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

A diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado", "Disponível para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", conforme normas contábeis em vigor. De acordo com essas normas, a Bradesco Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Eventos Societários

Após obtenção de aprovação prévia junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2018, foi realizada a incorporação da empresa ligada Kirton Vida e Previdência S.A., por meio de aumento de capital, realizado pela sua controladora Bradesco Seguros S.A., objetivando a reorganização societária, bem como a otimização das operações.

Em 10 de setembro de 2018, o ato societário foi aprovado por meio da Portaria SUSEP nº 7.204.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Inovações em Produtos e Serviços

A Bradesco Vida e Previdência vem contribuindo para disseminar a cultura de poupança de longo prazo através dos seus planos de previdência privada. Atenta às recentes transformações do mercado e, visando uma melhor experiência dos seus clientes, no exercício de 2018, ampliou os canais de oferta para contratação de planos através dos meios remotos, como *internet banking*, *aplicativo mobile* e telefone. Foi disponibilizado também aos clientes a possibilidade de contratar o Seguro Viagem através do *mobile*.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma integrada e que o Grupo tem como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos retornos para o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, relevando para os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e a *COBIT (International Objectives for Information and Related Technology)*. A Bradesco Vida e Previdência realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros possui um programa de integridade alinhado aos requisitos da Lei 12.846/13, reforçando o compromisso com a transparência e incentivo à conduta ética na condução dos negócios, princípios constantes no Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e Setoriais. Os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo se mantêm disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, aprimorando os controles existentes de detecção de situações suspeitas, realizando a devida comunicação ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF), apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e assegurando o atendimento às regulamentações pertinentes.

O Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma preservação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do Grupo Bradesco Seguros, alinhada com as novas regulamentações nacionais e internacionais que abrangem o tema.

Premiações

A Bradesco Vida e Previdência foi destaque no Prêmio Segurador Brasil na categoria "Melhor Desempenho em Auxílio Funeral".

Foi líder no prêmio Estadão Finações Mais, concedido pelo jornal O Estado de S. Paulo, no segmento "Vida e Previdência". Integrou o top 10 no ranking das "50 Miores Seguradoras" do País, no prêmio "Melhores e Maiores" da revista Exame.

Ficou em segundo lugar no ranking das "50 Miores em Vida e Previdência" no Anuário Valor 1000, editado pelo jornal Valor Econômico. A publicação apresenta análises detalhadas sobre as mil maiores empresas do Brasil, com base em critérios como competitividade, investimentos e infraestrutura.

Foi destaque no Prêmio Mercado de Seguros, promovido pela revista Seguro Total, conquistando o troféu Gaivota de Ouro na categoria "Mérito em Vida de Previdência Privada" – "Excelência Melhor Resultados em Vendas". Também foi premiada na categoria "Vida e Previdência" no anuário "As Melhores da Dinheiro", editado pela revista IstoÉ Dinheiro.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE		204.081.646	181.968.283
Disponível		27.162	238.101
Caixa e bancos		27.162	238.101
Aplicações	4	203.240.377	181.116.556
Créditos das operações com seguros e resseguros		330.171	267.631
Prêmios a receber	6	319.689	260.671
Operações com seguradoras		10.482	6.090
Operações com resseguradoras	7	-	870
Outros créditos operacionais		40.572	50.447
Ativos de resseguro e retrocessão	7	16.454	16.297
Títulos e créditos a receber		371.387	229.688
Títulos e créditos a receber		350.898	221.048
Créditos tributários e previdenciários	8.a	20.004	8.246
Outros créditos		485	394
Despesas antecipadas		182	2.017
Custo de aquisição diferidos		55.341	47.546
Seguros	14.c	55.341	47.546
ATIVO NÃO CIRCULANTE		38.898.652	36.190.947
Realizável a longo prazo		38.759.913	35.916.346
Aplicações	4	38.327.195	35.352.751
Outros créditos operacionais		2.391	2.450
Ativos de resseguro e retrocessão	7	3.899	7.095
Títulos e créditos a receber		426.828	554.050
Depósitos judiciais e fiscais	15.c	424.897	552.319
Outros créditos operacionais		1.531	1.731
Investimentos		17.915	2.333
Outros investimentos		17.915	2.333
Imobilizado		6.902	7.929
Bens móveis		712	855
Outras imobilizações		6.190	7.074
Intangível		113.922	264.339
Outros intangíveis	9	113.922	264.339
Total do ativo		242.980.298	218.159.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2018	2017
PASSIVO			
CIRCULANTE		8.199.572	7.610.545
Contas a pagar		1.277.769	998.296
Obrigações a pagar	10	147.261	124.487
Impostos e encargos sociais a recolher	11	101.687	98.968
Encargos trabalhistas		4.561	3.800
Impostos e contribuições	12	1.024.260	771.041
Débitos de operações com seguros e resseguros		100.951	166.052
Prêmios a restituir		4.048	1.661
Operações com seguradoras		12.810	7.598
Operações com resseguradoras	7.c	8.973	12.230
Corretores de seguros e resseguros		64.859	45.637
Outros débitos operacionais		10.261	98.926
Débitos de operações com previdência complementar		214	3.558
Contribuições a restituir		39	-
Outros débitos operacionais		175	3.558
Depósitos de terceiros	13	179.669	349.765
Provisões técnicas - Seguros	14.a	4.938.478	4.558.516
Danos		2.756	3.100
Pessoas		1.900.584	1.737.979
Vida individual		2.846.768	2.628.108
Vida com cobertura por sobrevivência		188.370	189.329
Provisões técnicas - Previdência complementar	14.a	1.702.491	1.534.358
Planos não bloqueados		1.430.133	1.319.353
PGBL/PRGP		272.358	215.005
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		229.365.424	205.207.605
Contas a pagar		425.009	18.762
Obrigações a pagar	10	1.151	-
Tributos diferidos	8.b	423.858	18.762
Provisões técnicas - Seguros	14.a	171.829.029	155.336.822
Pessoas		1.921.694	2.134.618
Vida individual		4.015.098	3.194.480
Vida com cobertura de sobrevivência		165.892.237	150.007.724
Provisões técnicas - Previdência complementar	14.a	56.190.753	48.996.213
Planos não bloqueados		20.274.223	18.858.699
PGBL/PRGP		35.916.530	30.137.514
Outros débitos		920.633	855.808
Provisões judiciais	15.a	920.633	855.808
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.415.302	5.341.080
Capital social		2.863.665	2.399.693
Reservas de lucros		958.595	1.720.709
Ajustes de avaliação patrimonial		1.593.042	1.220.678
Total do passivo e patrimônio líquido		242.980.298	218.159.230

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos		6.812.684	6.515.797
Contribuições para cobertura de riscos		1.735.439	1.605.973
Variações das provisões técnicas de prêmios		(2.641.335)	(2.908.288)
Prêmios ganhos	21.a	5.906.788	5.213.482
Sinistros ocorridos	21.b	(1.351.210)	(1.448.096)
Custos de aquisição	21.c	(900.199)	(933.800)
Outras receitas e despesas operacionais	21.d	(73.421)	(107.131)
Resultado com operações de resseguro	21.e	(12.412)	(27.867)
Receita com resseguro		5.353	(12.113)
Despesa com resseguro		(16.894)	(14.982)
Outros resultados com Resseguro		(871)	(772)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		(7.612)	75.257
Rendas de contribuições e prêmios	21.f	26.111.343	31.032.590
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(26.118.955)	(30.957.333)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	21.g	2.105.850	1.907.624
Variação de outras provisões técnicas		307.964	150.684
Custos de aquisição	21.c	(57.938)	(115.708)
Outras receitas e despesas operacionais	21.h	(57.598)	(317.429)
Despesas administrativas	21.i	(786.069)	(769.720)
Despesas com tributos	21.j	(403.481)	(365.294)
Resultado financeiro	21.k	1.856.894	1.884.149
Receitas financeiras		15.064.330	18.826.428
Despesas financeiras		(13.207.436)	(16.942.279)
Resultado operacional		6.527.556	5.146.151
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(109.588)	2.575
Resultado antes dos impostos e participações		6.417.968	5.148.726
Imposto de renda	21.l	(1.539.358)	(1.272.511)
Contribuição social	21.l	(1.251.134)	(1.071.252)
Participações sobre o resultado		(6.590)	(5.757)
Lucro líquido do exercício		3.620.886	2.799.206
Quantidade de ações		193.699	175.225
Lucro líquido por ação - R\$		18.693,36	15.974,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Resultado antes dos impostos e participações	6.417.968	5.148.726
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	68.557	55.758
- Reversão/constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(70.302)	201.543
- Despesas antecipadas	2.149	(1.240)
- Variação das provisões técnicas	12.915.964	1.318.652
- Atualização monetária depósitos judiciais	(20.319)	(29.374)
- Atualização monetária provisões técnicas	12.590.573	16.505.256
- Atualização monetária provisões judiciais	15.803	23.902
- Ativos de resseguro provisões técnicas	3.068	16.878
- Custo de aquisição diferidos	(7.795)	37.689
Lucro ajustado do exercício	31.915.666	23.277.790
Variações nas contas patrimoniais Aumento/(Redução):		
- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(9.954.291)	(22.667.322)
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(102.271)	(45.203)
- Outros créditos operacionais	9.934	(26.195)
- Títulos e créditos a receber	150.745	(40.247)
- Contas a pagar	(7.768)	6.570
- Débitos das operações de seguros e resseguros	(65.111)	93.733
- Débitos das operações de previdência	(3.670)	3.558
- Depósitos de terceiros	(191.983)	253.538
- Provisões técnicas	(14.341.265)	6.100.147
- Outros débitos	(15.780)	139.174
Caixa consumido pelas operações:	(24.521.460)	(16.182.247)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(1.279.851)	(1.182.507)
Contribuição social sobre o lucro pago	(1.093.319)	(983.322)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.021.036	4.929.714
Atividades de Investimento		
- Aplicações - Títulos disponíveis para venda	(138.772)	(5.420.568)
- Aplicações - Títulos mantidos até o vencimento	(1.375.127)	3.541.015
- Ajustes com títulos e valores mobiliários (PL) - positivos	752.183	501.577
- Ajustes com títulos e valores mobiliários (PL) - negativos	(152.928)	(164.174)
- Aquisição/redução de imobilizado	(247)	18
- Redução de investimentos	9.795	-
- Ativo intangível desenvolvido internamente	8	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Redução/aumento de capital	Reservas de Lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.400.000	-	453.423	1.518.080	1.018.237	-	5.389.740
Redução de capital:							
- Portaria SUSEP Nº 558 de 13.09.2017	(307)	-	-	-	-	-	(307)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	202.441	-	202.441
Dividendos pagos (Conforme ata de reunião de diretoria 13.04.2017; 30.06.2017 e 15.09.2017)	-	-	-	(1.510.000)	-	-	(1.510.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.799.206	2.799.206
Dividendos pagos conforme ata de 27.12.2017 (R\$ 8.788,70 por ação)	-	-	-	-	-	(1.540.000)	(1.540.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	-	-	(1.259.206)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.399.693	-	479.938	1.240.771	1.220.678	-	5.341.080
Efeitos de incorporação AGE de 29.06.2018 - Vide nota 1a.	-	463.972	-	-	12.811	-	476.783
- Portaria SUSEP Nº 7.204, de 10.09.2018	463.972	(463.972)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	359.553	-	359.553
Distribuição de dividendos (Conforme ata de reunião de diretoria em 28.02.2018 e 29.03.2018)	-	-	-	(1.240.771)	-	-	(1.240.771)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.620.886	3.620.886
Dividendos pagos conforme Atas de Reunião de Diretoria de 29.03.2018, 28.06.2018 e 27.12.2018 (R\$ 15.705,96 por ação)	-	-	-	-	-	(3.042.229)	(3.042.229)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 516,26 por ação)	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	-	-	(478.657)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.863.665	-	572.733	385.862	1.593.042	-	5.415.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*
1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 Forte – Barueri – São Paulo.

O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A. A Companhia, por intermédio de filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

a. Incorporação Kirton Vida e Previdência S.A.

Essas demonstrações contábeis contemplam a incorporação da empresa ligada Kirton Vida e Previdência S.A., realizada com objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção daquela sociedade. A incorporação do acervo líquido da Kirton Vida e Previdência S.A., composto por todos os seus direitos e obrigações, na data-base de 31 de maio de 2018, foi efetuada com base no valor patrimonial contábil de acordo com laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil efetuado por empresa especializada. Em decorrência, o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação firmado, em 15 de junho de 2018, entre a Bradesco Vida e Previdência e a Kirton Vida e Previdência, estabelece o aumento do patrimônio líquido da Bradesco Vida e Previdência no montante de R\$ 476.783, sendo (i) R\$ 463.972 levado à conta de capital social, mediante emissão de 18.474 ações ordinárias, em decorrência da incorporação do patrimônio líquido da Kirton Vida e Previdência S.A.; (ii) R\$ 12.811 correspondente ao ajuste a valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda". O acervo líquido contábil, objeto da mencionada incorporação, pode ser resumido como segue:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Disponível	Contas a pagar
1.603	48.602
Aplicações	Débitos de operações com seguros e resseguros
12.656.877	10
Ativos de resseguro e retrocessão	Débitos de operações com previdência complementar
899	326
Demais créditos a receber	Depósitos de terceiros
13.427	21.887
Despesas antecipadas	Provisões técnicas - seguros
314	8.834
	Provisões técnicas - previdência complementar
	69.474
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Realizável a longo prazo	Passivo a longo prazo
Aplicações	Contas a pagar
973.198	9.987
Demais créditos a receber	Provisões técnicas - seguros
45.550	8.256.958
Imobilizado	Provisões técnicas - previdência complementar
99	4.734.304
Bens móveis	Outros débitos
99	64.802
	Provisões judiciais
	64.802
Total do ativo	Patrimônio líquido
13.691.967	476.783
	Capital social
	246.512
	Reserva de Capital
	47
	Reservas de lucros
	179.419
	Ajuste de avaliação patrimonial
	12.811
	Lucros acumulados
	37.994
	Total do passivo e patrimônio líquido
	13.691.967

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 30 de janeiro 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 14 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 15 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre efeitos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

e. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e Fundos Imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Títulos privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são

informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3). Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

viii. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia com pagamento dos valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber", "Outros créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde seapura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, a redução ao valor recuperável é feita quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos.

No caso das recuperações de cosseguro, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias. Para bens, títulos e outros valores a receber é reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

i. Ativos intangíveis
i. Softwares

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano. Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares*, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

j. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais se encontram registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados. Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

k. Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, e as despesas com agenciamentos realizados no período de doze meses.

l. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

m. Provisões técnicas
i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída de PPNG-RVNE.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas; As provisões estabelecidas em notas técnicas atuariais;

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados e liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMV para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevivência futura. O resultado do teste de adequação de passivo foi calculado conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico;

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais;

As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de contribuição

e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs);
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;
A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados;
A provisão de beneficiário de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo de juros (ETTJ) livre de risco, autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação de passivo foi calculado conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.
A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de reparação simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do teste de adequação do passivo (TAP);
A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro, que excede a rentabilidade mínima garantida dos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro;
A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.
A provisão "Outras provisões técnicas (OPT)" compreende o montante R\$ 2 bilhões que foi transferido das provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos para esta rubrica contábil, conforme requerido pela SUSEP. Esse montante refere-se à diferença entre o cálculo das provisões matemáticas, realizado com premissas realistas, à época, aprovadas pela autarquia em 2004, e o cálculo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas do produto. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL).....	BR-EMS	0%	0% a 5%
Seguros de Adequação e Coberturas de Risco.....	AT83 e CSO-58	3% a 6%	20% a 30%

iv. Teste de Adequação de Passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização de caixa (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de saída que decorram do cumprimento dos contratos e antecipados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco (ETTJ) autorizadas pela SUSEP.
De acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, o teste deve ser segmentado em seguros de pessoas e danos.
Para os produtos de previdência complementar aberta, e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. A sinistralidade média projetada foi de 44.6% para os planos Pessoa Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de janeiro de 2007. O resultado do teste de adequação de passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2018, apresentou uma insuficiência total de R\$ 1.058.152 que, em atendimento à Circular SUSEP 543/16, foi integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "matutação até o vencimento", motivo pelo qual a provisão complementar de cobertura (PCC) foi integralmente revertida na data-base de 31 de dezembro de 2018.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

o. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefício de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida
A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM (empresa ligada) é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs. O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidos do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2016, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2016 e conforme Lei nº 13.169/15. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos a tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

q. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro e comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorços e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo 12 meses. As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A. As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas com as partes sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferido dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo estabelecidas contratualmente. A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de recursos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil (IFRS 16)

Entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos e prevê um impacto nos contratos de aluguel.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06-R2, CPC 48 e a norma IFRS 17, ainda não traduzida, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Bradesco Vida e Previdência está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se como objetivo elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e garantir o foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de *Appetite* a Riscos. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas bem como para fins de precificação e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. Políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições a estruturação de modelos internos para Risco de Subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM - *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados. As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos Seguros de Vida e Previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: a experiência sobre retornos de investimento, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na premissa histórica e nas expectativas atuariais.

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurador permanecer vivo;
- Riscos de comportamento do segurador, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem gerar com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco de seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhoria da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe. O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios e contribuições de previdência.

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2018				
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	2.228.154	1.143.675	15.504.456	5.287.742	24.164.027
Sul	96.740	400.471	3.125.558	686.672	4.309.441
Nordeste	80.405	209.112	2.421.662	375.725	3.086.904
Centro-Oeste	35.303	90.951	1.673.500	317.651	2.117.405
Norte	21.206	48.646	766.943	144.894	981.689
Total	2.461.808	1.892.855	23.492.119	6.812.684	34.659.466

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2017				
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	2.812.420	1.079.229	18.846.883	5.064.025	27.802.557
Sul	66.755	324.393	3.295.603	619.191	4.305.942
Nordeste	83.925	204.198	3.218.937	361.795	3.868.855
Centro-Oeste	34.469	98.872	1.639.000	349.245	2.121.586
Norte	20.118	54.158	859.603	121.541	1.055.420
Total	3.017.687	1.760.850	27.860.026	6.515.797	39.154.360

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade (<i>Improvement</i>)	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

Seguros de Vida com Cobertura de Sobrevivência, Previdência e Seguros de Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2018.

O teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases e agrupamentos do teste do TAP com variações nas premissas listadas abaixo:

	Taxas de		Conversão
	juros	Improvement	
	Variação	0,2 pontos	5 pontos
	de -5%	percentuais	percentuais
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições.			
Planos Tradicionais (fase de contribuição).....	(2.306)	(264)	(4.882)
PGBL/VGBL (fase de contribuição).....	(7.502)	(1.166)	(27.316)
Todos os planos (fase de concessão).....	(7.110)	(196)	-
Total (*)	(10.518)	(1.626)	(32.198)

(*) O impacto considera a compensação da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em cobertura das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Seguros de Pessoas, exceto Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2018

Para os seguros de Pessoas, a tabela abaixo apresenta o impacto no Resultado e Patrimônio Líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros de Vida.....	(28.302)	(28.213)

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de estruturação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

Aplicações/Rating	Exposto exclusivamente a							Sem rating	risco de mercado	Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	C			
Valor justo por meio do resultado	197.093.462	729.812	294.821	465.090	2.626	390.283	59.540	816.249	2.115.073	201.966.956
Título de renda fixa privado	26.662.819	729.812	294.821	465.090	2.626	390.283	59.540	816.249	-	29.421.240
Título de renda fixa público	170.430.643	-	-	-	-	-	-	-	-	170.430.643
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	2.115.073	2.115.073
Disponíveis para a venda	15.281.066	-	83.860	-	-	-	-	1	1.238.716	16.603.643
Título de renda fixa privado	8.054	-	83.860	-	-	-	-	1	-	91.915
Título de renda fixa público	15.273.012	-	-	-	-	-	-	-	-	15.273.012
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	1.238.716	1.238.716
Mantidos até o vencimento	22.996.973	-	-	-	-	-	-	-	-	22.996.973
Título de renda fixa privado	82.264	-	-	-	-	-	-	-	-	82.264
Título de renda fixa público	22.914.709	-	-	-	-	-	-	-	-	22.914.709
Total	235.371.501	729.812	378.681	465.090	2.626	390.283	59.540	816.250	3.353.789	241.567.572

Aplicações/Rating	Exposto exclusivamente a							Sem rating	risco de mercado	Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	C			
Valor justo por meio do resultado	170.295.497	4.299.139	2.863.179	68.100	99.015	92.780	373.679	1.281.702	179.373.091	
Título de renda fixa privado	12.713.590	4.299.139	2.863.179	68.100	99.015	92.780	373.679	-	20.509.482	
Título de renda fixa público	157.581.907	-	-	-	-	-	-	-	-	157.581.907
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	1.281.702	1.281.702
Disponíveis para a venda	14.248.062	-	91.769	-	-	-	-	-	1.716.401	16.056.232
Título de renda fixa privado	6.755	-	91.769	-	-	-	-	-	-	98.524
Título de renda fixa público	14.241.307	-	-	-	-	-	-	-	-	14.241.307
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	1.716.401	1.716.401
Mantidos até o vencimento	21.039.984	-	-	-	-	-	-	-	-	21.039.984
Título de renda fixa privado	85.935	-	-	-	-	-	-	-	-	85.935
Título de renda fixa público	20.954.049	-	-	-	-	-	-	-	-	20.954.049
Total	205.583.543	4.299.139	2.954.948	68.100	99.015	92.780	373.679	2.998.103	216.469.307	

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco e dos Comitês Executivo de Gestão de Riscos e de Estratégia de Alocação de Ativos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrimos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 1 a 6 meses	6.073.249	1.686.754
Fluxo de 6 a 12 meses	1.211.575	567.765
Fluxo de 12 a 60 meses	21.343.330	10.387.314
Fluxo acima de 60 meses	47.065.192	42.305.196
	75.693.346	54.947.029

(i) Contempla aplicações, créditos com operações de seguros, resseguros e previdência complementar e ativos de resseguro;

(ii) Contempla provisões técnicas, contas a pagar e débitos das operações com seguros e resseguros; Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência de PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas e mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Cenário	
Fator de Risco	Choque de 1 ponto-base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Índice Bovespa em pontos	87,008
Taxa Pré-fixada de 1 ano	6,56%
Cupom de IPCA de 1 ano	3%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições são as seguintes:

Período	Fatores de risco			Total sem correlação	Total com correlação
	Taxa de juros	Índices de preços	Renda variável		
Dezembro/2018	(762)	(6.710)	(4.405)	(11.877)	(9.271)
Impacto sobre as exposições sujeitas a:	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações
a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2018	%	2017	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	201.966.956	83,61	179.373.091	82,86
Quotas de fundos especialmente constituídos	198.748.039	82,28	177.879.999	82,17
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	3.193.035	1,32	1.465.960	0,68
Fundos de investimento de terceiros	25.882	0,01	27.132	0,01
Títulos disponíveis para venda	16.603.643	6,87	16.056.232	7,42
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	10.481.196	4,34	9.625.189	4,45
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	4.503.379	1,86	4.132.184	1,91
Títulos de renda variável - ações	1.238.716	0,51	1.716.401	0,79
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	145.454	0,06	475.810	0,22
Títulos de renda fixa - debêntures	88.163	0,04	95.064	0,04
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial	16.024	0,01	11.584	0,01
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	130.711	0,05	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	22.996.973	9,52	21.039.984	9,72
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	16.185.332	6,70	15.319.732	7,08
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	6.743.820	2,79	5.647.682	2,61
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	67.821	0,03	72.570	0,03
	241.567.572	100,00	216.469.307	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2018					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Ajuste a valor atualizado (i)
Títulos a valor justo por meio do resultado	20.084.079	1.658.522	860.415	179.363.940	201.966.956	198.951.568
Letras financeiras do tesouro	-	904.129	-	87.927.625	88.831.754	88.825.963
Letras do tesouro nacional	6.356	95	528.373	65.709.815	66.244.639	64.006.592
Notas do tesouro nacional	32.454	152.660	-	15.169.136	15.354.250	14.621.724
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	13.232.315	-	-	-	13.232.315	13.232.315
Letras financeiras de emissores privados	118.155	173.016	195.123	7.279.695	7.765.989	7.762.276
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	3.485.422	-	-	-	3.485.422	3.485.422
Debêntures	-	181.656	80.088	3.060.751	3.322.495	3.287.414
Ações	2.115.073	-	-	-	2.115.073	2.115.073
Quotas de fundos de investimento	523.530	-	-	-	523.530	523.530
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	570.774	-	-	-	570.774	570.774
Notas comerciais	-	88.338	-	212.611	300.949	300.858
Certificado de depósito bancário	-	158.628	56.831	30	215.489	215.423
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	4.277	4.277	4.204
Títulos disponíveis para venda	1.242.468	16.510	-	15.344.665	16.603.643	14

	2017					Valor atualizado (I)	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo		
Títulos a valor justo por meio do resultado	13.726.173	5.624.643	3.567.520	156.454.755	179.373.091	171.662.041	7.711.050
Letras financeiras do tesouro	-	1.763.642	2.292.269	50.855.247	54.911.158	54.476.111	435.047
Notas do tesouro nacional	32.203	-	138.808	53.703.980	53.874.991	49.592.468	4.282.523
Letras do tesouro nacional	13.943	-	264.137	48.517.678	48.795.758	46.181.095	2.614.663
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	8.998.352	-	-	-	8.998.352	8.998.352	-
Letras financeiras de emissores privados	182.029	3.609.163	590.813	578.595	4.960.600	4.890.382	70.218
Debêntures	-	182.615	281.493	2.582.257	3.046.365	2.778.153	268.212
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	2.913.972	-	-	-	2.913.972	2.913.972	-
Ações	1.281.702	-	-	-	1.281.702	1.281.702	-
Quotas de fundos de investimento	185.666	-	-	-	185.666	185.666	-
Certificados de depósito bancário	16.032	69.223	-	39.689	124.944	103.621	21.323
Notas comerciais	-	-	-	170.733	170.733	151.764	18.969
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	102.274	-	-	-	102.274	102.274	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	6.576	6.576	6.481	95
Títulos disponíveis para venda	1.719.861	10.239	14.326.132	16.056.232	14.631.172	14.250.060	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	13.753.913	13.753.913	12.563.754	1.190.159
Ações (ii)	1.716.401	-	-	-	1.716.401	1.492.447	223.954
Letras do tesouro nacional	-	-	-	475.810	475.810	473.636	2.174
Debêntures	-	-	-	95.064	95.064	86.291	8.773
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	10.239	1.345	11.584	11.584	-
Letras financeiras do tesouro - Operação Compromissada	2.387	-	-	-	2.387	2.387	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	1.073	-	-	-	1.073	1.073	-
Títulos mantidos até o vencimento	13.365	-	-	21.026.619	21.039.984	21.039.984	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	20.954.049	20.954.049	20.954.049	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	72.570	72.570	72.570	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (iii)	-	-	-	-	-	-	-
Total	15.459.399	5.624.643	3.577.759	191.807.506	216.469.365	207.333.197	9.136.110

i. Em função da capacidade financeira da Companhia e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R\$ 15.136.703, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R\$ 1.053.683, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R\$ 544.173, sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R\$ 509.510 (R\$ 609.404 em 2017).

ii. Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R\$ 2.070.955 (R\$ 4.175.675 em 2017), o que representou a realização da mais valia no montante de R\$ 252.549 (R\$ 231.513 em 2017).

iii. Referem-se ao movimento do fluxo de caixa dos FIEs, classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", decorrente de recebimento de cupons efetuados no exercício.

c. Cobertura das provisões técnicas
Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
Total das provisões técnicas	234.660.751	210.425.909
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	9.859	9.862
Total a ser coberto (A)	234.650.892	210.416.047
Quotas de fundos especialmente constituídos	198.748.039	177.879.999
Quota de fundos de investimentos	22.171.853	21.002.452
Títulos públicos	19.534.895	17.475.879
Ações	1.238.716	1.716.401
Títulos privados	151.681	164.338
Total dado em cobertura (B)	241.845.184	218.239.069
Suficiência (B) - (A)	7.194.292	7.823.027

d. Hierarquia do valor justo
As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	172.545.716	29.421.240	201.966.956	158.863.609	20.509.482	179.373.091
Letras financeiras do tesouro	88.831.754	-	88.831.754	54.911.158	-	54.911.158
Letras do tesouro nacional	66.244.639	-	66.244.639	48.795.758	-	48.795.758
Notas do tesouro nacional	15.354.250	-	15.354.250	53.874.991	-	53.874.991
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	-	13.232.315	13.232.315	-	8.998.352	8.998.352
Letras financeiras	-	7.765.989	7.765.989	-	4.960.600	4.960.600
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	3.485.422	3.485.422	-	2.913.972	2.913.972
Debêntures	-	3.322.495	3.322.495	-	3.046.365	3.046.365
Ações	2.115.073	-	2.115.073	1.281.702	-	1.281.702
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	570.774	570.774	-	102.274	102.274
Quotas de fundos de investimentos	-	523.530	523.530	-	185.666	185.666
Notas comerciais	-	300.949	300.949	-	170.733	170.733
Certificados de depósitos bancários	-	215.489	215.489	-	124.944	124.944
Certificado de recebíveis imobiliários	-	4.277	4.277	-	6.576	6.576
Títulos disponíveis para venda	16.511.728	91.915	16.603.643	15.957.708	98.524	16.056.232
Notas do tesouro nacional	14.980.823	-	14.980.823	13.753.913	-	13.753.913
Ações	1.238.716	-	1.238.716	1.716.401	-	1.716.401
Letras do tesouro nacional	145.454	-	145.454	475.810	-	475.810
Letras financeiras do tesouro	130.711	-	130.711	-	-	-
Debêntures	-	88.163	88.163	-	95.064	95.064
Letras financeiras do tesouro - judiciais	16.024	-	16.024	11.584	-	11.584
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	3.752	3.752	-	1.073	1.073
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	-	-	-	2.387	2.387
Títulos mantidos até o vencimento (i)	27.390.272	86.005	27.476.277	24.199.816	88.934	24.288.750
Notas do tesouro nacional	27.390.272	-	27.390.272	24.199.816	-	24.199.816
Certificados de recebíveis imobiliários	-	71.562	71.562	-	75.569	75.569
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	14.443	14.443	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	-	-	-	13.365	13.365
Total	216.447.716	29.599.160	246.046.876	199.021.133	20.696.940	219.718.073

(i) Refere-se ao valor justo na data-base indicada.

e. Desempenho e taxas contratadas
A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "Disponível para Venda" e os fundos de investimentos especialmente constituídos (PGBL/VGBL), atingiu 203,54% no acumulado do período, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 6,48%, IGPM 8,78% e 8,87% PRE (títulos pré-fixados) e 100% da Selic (títulos pós-fixados).

f. Movimentação das aplicações financeiras

	2018			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro	379.373.091	16.056.232	21.039.984	216.469.307
(+) Aplicações	19.208.064	4.070.382	801.326	44.079.772
(-) Resgates	(38.902.491)	(6.154.941)	(2.347.445)	(47.404.877)
(+) Rendimentos	9.648.718	1.524.182	2.921.246	14.094.146
(+/-) Ajuste a valor justo	-	-	699.149	699.149
(+) Saldo de incorporação (Nota 1a)	12.639.574	408.639	581.862	13.630.075
Saldo Final em 31 de dezembro	201.966.956	16.603.643	22.996.973	241.567.572

	2017			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro	156.705.769	10.615.664	24.580.999	191.902.432
(+) Aplicações	35.112.972	8.822.854	-	43.935.826
(-) Resgates	(27.867.272)	(4.794.671)	(5.144.654)	(37.806.597)
(+) Rendimentos	15.421.622	913.976	1.603.639	17.939.237
(+/-) Ajuste a valor justo	-	501.577	-	501.577
Impairment de ações e fundos	-	(3.168)	-	(3.168)
Saldo Final em 31 de dezembro	179.373.091	16.056.232	21.039.984	216.469.307

(i) As movimentações realizadas na categoria mantidos até o vencimento, correspondem ao vencimento dos títulos e ao fluxo de recebimento de cupons dos ativos financeiros.

5 Instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizadas nas carteiras e fundos de investimentos da Seguradora desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista; não podendo, todavia, gerar cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido de cada fundo de investimento.

No caso dos contratos futuros de DI, SWAP, DAP e opções de juros IDI, realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). No caso dos contratos de opções sobre taxa de câmbio de Real por Dólar Comercial buscamos mitigar riscos da variação do preço a esta moeda. No caso dos contratos futuros de Brasil Bolsa e Balção (B3) buscamos refletir a variação do preço das ações quando relacionados com operações compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2018 o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R\$ 2.976 (R\$144 milhões em dezembro de 2017), conforme demonstrativo abaixo:

a. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

	2018			
	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros:				
Compromissos de compra:	8.002.708	12	7.214	7.214
Mercado interfinanceiro	8.002.618	-	7.183	7.183
Outros	90	12	31	31
Compromissos de venda:	65.197.837	57.195.141	(12.550)	(12.550)
Mercado interfinanceiro	65.166.536	57.163.918	(11.924)	(11.924)
Moeda estrangeira	31.223	31.223	(556)	(556)
Outros	78	-	(70)	(70)
Contratos de opções:				
Compromissos de compra:	14.705.792	215.683	18.280	18.280
Mercado interfinanceiro	14.451.787	9.463	14.919	14.919
Moeda estrangeira	254.005	206.220	3.361	3.361
Compromissos de venda:	14.490.109	-	(8.986)	(8.986)
Mercado interfinanceiro	14.442.324	-	(8.882)	(8.882)
Moeda estrangeira	47.785	-	(104)	(104)
Contratos de swap:				
Posição ativa:	2.400	2.400	196	196
Outros	2.400	2.400	196	196
Posição passiva:	10.000	10.000	(1.178)	(1.178)
Mercado interfinanceiro	10.000	10.000	(1.178)	(1.178)
Total geral	102.408.846	-	2.976	2.976

	2017			
	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros:				
Compromissos de compra:	14.705.448	-	2.736	2.736
Mercado interfinanceiro	14.705.448	-	2.736	2.736
Compromissos de venda:	74.745.886	60.040.438	(146.418)	(146.418)
Mercado interfinanceiro	74.745.886	60.040.438	(146.418)	(146.418)
Contratos de opções:				
Compromissos de venda:	728	728	-	-
Mercado interfinanceiro	728	728	-	-
Total geral	89.452.062	-	(143.682)	(143.682)

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	2018						
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ajuste a receber - swap	196	196	1%	-	-	-	196
Ajuste a receber - futuros	7.532	7.532	29%	3.707	247	1	3.577
Prêmios de opções a exercer	18.280	18.280	70%	3.361	-	-	14.919
Total do ativo (A)	26.008	26.008	100%	7.068	247	1	18.692
Ajuste a pagar - swap	(1.178)	(1.178)	5%	-	-	-	(1.178)
Ajuste a pagar - futuros	(12.868)	(12.868)	56%	(1.227)	(118)	(1.060)	(10.463)
Prêmios de opções lançadas	(8.986)	(8.986)	39%	(104)	-	-	(8.882)
Total do passivo (B)	(23.032)	(23.032)	100%	(1.331)	(118)	(1.060)	(23.032)
Efeito Líquido (A-B)	2.976	2.976					

8 Ativos e passivos fiscais		
a. Créditos tributários e previdenciários		
	2018	2017
Impostos a compensar (*)	14.226	2.780
Finsocial	600	568
INSS - aviso prévio	1.264	1.196
ILL	3.914	3.702
Total	20.004	8.246

(*) A variação refere-se a efeitos da incorporação da Kirton Vida e Previdência S.A. (nota 1).

b. Tributos diferidos líquidos		
	2018	2017
Créditos tributários diferidos c.(i)	682.416	874.062
Tributos diferidos c.(ii)	(1.106.274)	(892.824)
Total	(423.858)	(18.762)

c. Original dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos					
(i) Movimentação de créditos tributários diferidos					
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Incorporação (Nota 1a)	Saldo em 31/12/2018
Provisões judiciais - cíveis	189.317	107.981	(53.503)	187	243.982
Provisões para riscos de crédito	479.237	14.887	(213.472)	-	280.652
Provisões judiciais - fiscais	150.973	12.706	(74.455)	-	89.224
Provisões para desvalorização/impairment	13.458	-	(11.736)	-	1.722
Provisões judiciais - trabalhistas	6.405	1.803	(4.453)	27.885	31.640
Outros	34.672	8.703	(8.786)	607	35.196
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	874.062	146.080	(366.405)	28.679	682.416

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Incorporação (Nota 1a)	Saldo em 31/12/2018
Provisões judiciais - cíveis	144.565	83.827	(39.075)	189.317	189.317
Provisões para riscos de crédito	335.905	145.387	(2.055)	479.237	479.237
Provisões judiciais - fiscais	134.468	16.505	-	150.973	150.973
Provisões para desvalorização/impairment	20.567	-	(7.109)	13.458	13.458
Provisões judiciais - trabalhistas	3.490	3.708	(793)	6.405	6.405
Outros	4.857	29.906	(91)	34.672	34.672
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	643.852	279.333	(49.123)	874.062	874.062

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas					
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Incorporação (Nota 1a)	Saldo em 31/12/2018
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	813.786	984.202	(744.501)	8.541	1.062.028
Atualização de depósito judicial	79.038	11.368	(46.160)	-	44.246
Total	892.824	995.570	(790.661)	8.541	1.106.274

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Incorporação (Nota 1a)	Saldo em 31/12/2018
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	678.825	715.615	(580.654)	813.786	813.786
Atualização de depósito judicial	71.685	10.218	(2.865)	79.038	79.038
Total	750.510	725.833	(583.519)	892.824	892.824

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias				
	Diferenças temporárias			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	
2019	90.731	54.439	145.170	
2020	64.265	38.559	102.824	
2021	49.068	29.441	78.509	
2022	40.289	24.173	64.462	
2023 em diante	182.157	109.294	291.451	
Total	426.510	255.906	682.416	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 632.783 (R\$ 803.836 em 2017).

9 Ativos intangíveis				
	Saldo em 2017	Aquisição/ Baixa (*)	Amortização	Saldo em 2018
Sistema de Computação	264.339	(83.233)	(67.184)	113.922
Total	264.339	(83.233)	(67.184)	113.922

	Saldo em 2016	Aquisição/ Baixa	Amortização	Saldo em 2017
Sistema de Computação	234.823	83.823	(54.307)	264.339
Total	234.823	83.823	(54.307)	264.339

(*) Objetivando melhorias nos controles dos itens relativos a desenvolvimentos internos de software, foi criado a área de Gestão Corporativa de Portfólio (GCP), com o objetivo de aperfeiçoar a configuração dos ativos considerados intangíveis, e para tanto, passou a utilizar-se de uma ferramenta para processo de gestão orçamentária e de portfólio de projetos, denominado de Otimize, modificando a forma do controle operacional dos componentes do ativo intangível, que passou a ser realizado por tipo de sistema e tipo de escopo. Em decorrência, em dezembro de 2018, houve a baixa de (R\$125.389) relativo a projetos descontinuados.

10 Obrigações a pagar				
	2018	2017		
Participação nos lucros a pagar	6.277	5.892		
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	2.141	5.338		
Fornecedores	82.685	31.566		
Pagamentos a efetuar	3.355	3.251		
Outras obrigações	53.954	78.440		
Total	148.412	124.487		

11 Impostos e encargos sociais a recolher				
	2018	2017		
Imposto de renda retido na fonte a recolher	90.481	87.499		
Imposto sobre serviços a recolher	4.039	5.119		
Impostos sobre operações financeiras	3.585	2.708		
Contribuições previdenciárias	1.236	1.150		
Pis/Cofins/CSLL de terceiros	745	1.023		
Outros impostos e encargos a recolher	1.601	1.469		
Total	101.687	98.968		

12 Impostos e contribuições a pagar				
	2018	2017		
Imposto de renda	448.936	313.820		
Contribuição social	527.164	436.594		
COFINS	41.428	17.744		
PIS	6.732	2.883		
Total	1.024.260	771.041		

Sinistros brutos de resseguro												
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	852.110	901.321	1.007.851	1.191.045	1.235.104	1.305.822	1.330.460	1.415.524	1.493.336	1.537.474	1.438.028	
Um ano após o aviso	861.992	926.499	1.015.094	1.188.264	1.226.274	1.298.610	1.373.160	1.425.789	1.491.439	1.487.961	-	
Dois anos após o aviso	878.363	943.781	1.021.283	1.188.774	1.236.289	1.326.512	1.368.575	1.403.515	1.468.731	-	-	
Três anos após o aviso	874.269	937.472	1.011.228	1.197.624	1.236.075	1.309.876	1.277.276	1.323.435	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	872.339	944.170	1.022.136	1.195.079	1.234.363	1.296.147	1.242.937	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	870.461	954.487	1.019.647	1.201.083	1.233.898	1.304.644	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	871.248	951.983	1.017.766	1.200.703	1.239.976	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	872.001	944.581	1.009.936	1.209.690	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	875.280	944.664	1.017.016	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	870.736	950.290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso	940.357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	940.357	950.290	1.017.016	1.209.690	1.239.976	1.304.644	1.242.937	1.323.435	1.468.731	1.487.961	1.438.028	13.623.065
Pagamentos de sinistros efetuados	(874.391)	(933.233)	(983.539)	(1.159.655)	(1.194.341)	(1.237.017)	(1.124.959)	(1.143.581)	(1.296.273)	(1.285.409)	(1.047.827)	(12.280.225)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial)	65.966	17.057	33.477	50.035	45.635	67.627	117.978	179.854	172.458	202.552	390.201	1.342.840

Não foram considerados no desenvolvimento as operações de retrocessão de R\$ 2.756. O valor da Provisão de sinistros a liquidar de Resseguro monta R\$ 4.459.

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios				
	2018	2017		
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	134.761	148.416		
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	133.961	140.802		
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	212.382	218.440		
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	68.906	63.238		

15 Provisões judiciais
 A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

- i. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
 A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os descritos abaixo, os quais estão provisionados.
 As principais discussões são:
 • INSS – Valor depositado judicialmente R\$ 156.300 (R\$ 304.618 em 2017) e valor provisionado - R\$ 156.277 (R\$ 304.618 em 2017);

13 Depósitos de terceiros				
	2018	2017		
			31 a 180 dias	181 a 365 dias
			Até 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	31.050	8.648	48	39.746
Prêmios e emolumentos	55.457	14.576	2.013	72.046
Previdência complementar	66.904	825	145	67.877
Total	153.411	24.052	2.206	179.669

	2018	2017		
			31 a 180 dias	181 a 365 dias
			Até 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	24.448	6.591	-	31.039
Prêmios e emolumentos	60.600	7.146	4.700	72.446
Previdência complementar	243.891	1.613	776	246.280
Total	328.939	15.350	5.476	349.765

14 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos					
a. Composição					
	2018	2017			
			VGBL	PGBL	Tradicionais
					Vida
					Total
Provisão matemática de benefícios a conceder	165.633.457	33.115.278	13.421.784	5.714.273	217.884.792
Provisão matemática de benefícios concedidos	276.275	2.812.355	5.400.683	-	8.489.313
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	155.865	12.655	58.994	2.020.724	2.248.238
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	52.913	878.241	931.154
Provisão de sinistros a liquidar - judicial	-	4.479	49.810	859.447	913.736
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo	-	351	30.423	401.086	431.860
Provisão de excedente financeiro	27	335	548.738	34	549.134
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	8.142	639.567	647.709
Provisão de despesas relacionadas	14.983	243.435	125.733	136.462	520.613
Provisão para excedente técnico	-	-	-	37.066	37.066
Outras provisões técnicas	-	-	2.007.136	-	2.007.136
Total das provisões	166.080.607	36.188.888	21.704.356	10.686.900	234.660.751

	2018	2017			
			VGBL	PGBL	Tradicionais
					Vida
					Total
Provisão matemática de benefícios a conceder	149.828.450	28.051.280	12.379.887	4.698.148	194.957.765
Provisão matemática de benefícios concedidos	180.817	2.079.025	6.488.682	-	8.748.524
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	166.084	11.349	55.551	1.804.022	2.037.006
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	53.091	890.414	943.505
Provisão complementar de cobertura	11.525	42.116	510.985	282.966	847.592
Provisão de sinistros a liquidar - judicial	-	3.301	26.133	938.565	983.999
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo	-	646	42.293	405.557	432.296
Provisão de excedente financeiro	183	437	507.782	31	508.433
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	7.457	512.554	520.011
Provisão de despesas relacionadas	9.994	164.365	106.191	146.034	426.584
Provisão para excedente técnico	-	-	-	20.194	20.194
Total das provisões	150.197.053				

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Outras				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	provisões	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	387.208	16.013	451.514	1.073	855.808
Constituições líquidas de reversões e baixas	(172.421)	4.507	269.954	(85)	101.955
Pagamentos	-	(5.777)	(111.958)	-	(117.735)
Atualização monetária	15.803	-	-	-	15.803
Saldo de incorporação (Nota 1a)	-	64.356	446	-	64.802
Saldo em 31 de dezembro de 2018	230.590	79.099	609.956	988	920.633

	Outras				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	provisões	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	348.041	8.288	335.910	493	692.732
Constituições líquidas de reversões e baixas	15.265	9.708	209.567	580	235.120
Pagamentos	-	(1.983)	(93.963)	-	(95.946)
Atualização monetária	23.902	-	-	-	23.902
Saldo em 31 de dezembro de 2017	387.208	16.013	451.514	1.073	855.808

b. Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Os principais processos com essa classificação são os seguintes:

- PIS e COFINS da Kirton Vida e Previdência S.A., incorporada em maio de 2018 no montante de R\$ 120.020 (R\$ 115.993 em 2017).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco de perda desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com contribuições de planos previdenciários deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.

- Auto de infração da Kirton Vida e Previdência S.A., incorporada em maio de 2018, no montante de R\$21.956 (R\$21.029 em 2017) relacionado a IRPJ e CSLL, a qual foi classificada na sua avaliação de risco como Possível de perda e será objeto de contestação administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

c. Depósitos judiciais e fiscais

	2018	2017
INSS	156.300	304.618
Cíveis e trabalhistas	189.920	138.259
IR e CSLL	47.126	71.562
Sinistros	30.794	37.096
Outros	757	784
Total	424.897	552.319

16 Patrimônio líquido
a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerado nos atos societários acima, é representado por 193.699 (175.225 em dezembro de 2017) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em 29 de junho de 2018, foi deliberado por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital, no montante de R\$ 463.971 com emissão de 18.474 ações ordinárias nominativas a favor do acionista Bradesco Seguros S.A., mediante incorporação da Kirton Vida e Previdência S.A.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um, junto as Assembleias Gerais, sendo societária acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Durante o exercício de 2018, foi deliberado pelos Administradores, através de Reunião da Diretoria, realizadas em 28 de fevereiro, 29 de março, 28 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 4.283.000 sendo R\$ 1.240.771 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária, e R\$ 3.042.229 como parte de distribuição do resultado de 2018.

Também foram creditados aos acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 100.000, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido, limitados a 50% do resultado antes da provisão para o imposto de renda. Os juros reduziram a despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 45.000.

19 Transações e saldos com partes relacionadas

	2018	2017
Ativo	17.326.591	12.419.521
Disponibilidades	4.349	215.349
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	4.349	215.349
Aplicações (a)	17.306.706	12.121.589
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	17.306.706	12.121.589
Valores a receber	10.494	81.685
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	-	81.483
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	-	202
IRB Brasil Resseguros S.A. (Empresa ligada) (e)	10.494	-
Cosseguro aceito	5.042	898
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	3.530	820
Bradesco Auto RE Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada)	1.512	78
Passivo	46.351	43.991
Valores a pagar	42.898	42.468
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b)	30.027	39.912
BSP Affinity Ltda (empresa ligada) (c)	2.550	2.550
Bradesco Auto RE Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada)	1.348	6
IRB Brasil Resseguros S.A. (Empresa ligada) (e)	8.973	-
Provisão excedente técnico	3.453	1.523
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Empresa ligada)	2.228	1.204
Elo Participações S.A. (Empresa ligada)	424	-
IBI Promotora de Vendas S.A. (Empresa ligada)	61	61
Odontoprev S.A. (Empresa ligada)	139	-
Fleury S.A. (empresa ligada)	35	-
Cielo S.A. (empresa ligada)	243	88
Fidelity Processadora e Serviços S.A. (Empresa ligada)	294	74
Servinet Serviços Ltda. (empresa ligada)	-	45
Europ Assistance do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada)	29	41
Braspag - Tecnologia em Pagamento Ltda. (empresa ligada)	-	5
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (empresa ligada)	-	3
Aliança Pamentos e Participações Ltda (empresa ligada)	-	2
Total (Ativo - Passivo)	17.280.240	12.375.530

- (a) Refere-se a operações compromissadas e aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.
- (b) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros e Previdência;
- (c) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos.
- (d) Refere-se a serviços de assistência 24 horas.
- (e) Refere-se a operações de resseguros.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
- Foi determinado o valor máximo de R\$ 8.850 (R\$ 8.700 em 2017), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 9.200 (R\$ 9.000 em 2017) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	2018	2017
Proventos	9.830	8.584
Encargos sociais	2.212	1.931
Planos de previdência complementar de contribuição definida	8.838	9.000
Total	20.880	19.515

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b. Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº 4b, tem como contra parte o Banco Bradesco S.A.

A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal chave da administração, que não representam riscos para a Companhia

20 Principais ramos de atuação

	2018			
Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %	
Seguros de pessoas	5.145.835	22,93	16,12	
Previdência - risco	760.953	22,54	9,29	
Total	5.906.788			

	2017			
Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %	
Seguros de pessoas	4.549.923	28,70	18,85	
Previdência - risco	663.559	21,42	11,46	
Total	5.213.482			

A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	3.620.886	2.799.206
Constituição da reserva legal	(92.795)	(26.515)
Base de cálculo dos dividendos	3.528.091	2.772.691
Dividendos antecipados	3.042.229	1.540.000
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte)	85.000	-
Percentual sobre o lucro líquido ajustado do exercício	88,64%	55,54%

b. Atos societários

Em 29 de junho de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da empresa Kirton Vida e Previdência S.A., com base nos balanços patrimoniais levantados em 31.05.2018. A referida operação foi feita através do aporte de capital realizado por seu controlador indireto Bradesco Seguros S.A. A incorporação ocorreu mediante aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme carta homologatória eletrônica SUSEP nº 4/2018 e correspondente laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, elaborado para a data-base de 31 de maio de 2018. Este ato societário foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 10 de setembro de 2018.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a constituição de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral

17 Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 (alterada pelas Resoluções CNSP nº 343/16 e 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil	5.415.302
Ajustes contábeis:	
(-) Despesas antecipadas	(182)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(32.748)
(-) Ativos intangíveis	(113.922)
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados a PPNG	(27.671)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.463.617
(-) Redução no TAP referente à diferença de mercado dos ativos vinculados	(581.983)
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	940.572
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	8.062.985
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	4.112.801
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (1)	4.112.801
Capital adicional de risco de crédito	204.597
Capital adicional de risco de mercado	1.892.774
Capital adicional de risco de subscrição	2.876.901
Capital adicional de risco operacional	187.764
Efeito da correlação (benefícios)	(1.049.235)
Suficiência de capital (PLA - CMR)	3.950.184
Ativos líquidos	44.155.295
Suficiência dos Ativos Garantidores dos ativos líquidos (2)	7.194.292
Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de Índice de Liquidez (3)	4.132.104
Índice de Liquidez em relação ao CR (4)	174%

- (1) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.
- (2) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de Provisões Técnicas Líquidas dos valores redutores da necessidade de cobertura.
- (3) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fundos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).
- (4) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.
- (5) Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016.

18 Benefícios a empregados
Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2018 foi de R\$ 13.844 (R\$ 13.673 em 2017), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 110.460 (R\$ 111.637 em 2017), sendo: benefícios concedidos R\$ 46.356 (R\$ 54.205 em 2017), benefícios a conceder R\$ 64.104 (R\$ 57.432 em 2017).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

	2018	2017
Receitas	26.377	28.068
Cosseguro aceito	26.377	28.068
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	26.377	28.068
Despesas	(521.203)	(521.656)
Recuperação de indenização de cosseguro aceito	(29.786)	(25.641)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(29.786)	(25.641)
Excedente técnico	(4.513)	-
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Empresa ligada)	(3.123)	-
Elo Participações S.A. (Empresa ligada)	(424)	-
Cielo S.A. (empresa ligada)	(242)	-
Fleury S.A. (empresa ligada)	(97)	-
Odontoprev S.A. (Empresa ligada)	(285)	-
Europ Assistance do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada)	(144)	-
Fidelity Processadora e Serviços S.A. (Empresa ligada)	(220)	-
IBI Promotora de Vendas S.A. (Empresa ligada)	(22)	-
Despesas Administrativas (b)	(279.395)	(308.930)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(279.395)	(308.930)
Custo de aquisição/comissão	(48.973)	(59.701)
BPAR Corretagem de Seguros Ltda (empresa ligada)	(41.554)	(51.836)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(3.655)	(3.831)
Banco Bradesco Cartões S.A. (empresa ligada)	(3.277)	(3.555)
Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada)	(123)	-
Bradescor Corretora de Seguros Ltda (empresa ligada)	(190)	(201)
Baneb Corretora de Seguros S.A (empresa ligada)	(174)	(278)
Despesas com alugueis	(7.618)	(6.300)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	(7.450)	(6.300)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(168)	-
Outras despesas	(36.849)	(35.394)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(6.180)	(4.794)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (c)	(30.600)	(30.600)
Bradesco Asset Management S.A. (empresa ligada)	(69)	-
Despesas com prestação de serviços	(114.069)	(85.690)
Europ Assistance do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (d)	(91.907)	(61.488)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços Ltda. (empresa ligada)	(8.966)	(8.600)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada)	(1.443)	(456)
Fidelity Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada)	(11.753)	(15.146)
Total (Receita - Despesa)	(494.826)	(493.588)

21 Detalhamento das contas de resultado
a. Prêmios ganhos

	2018	2017
Prêmios diretos	6.852.613	6.549.134
Contribuições de riscos	1.735.439	1.605.973
Prêmios cedidos cosseguros	(39.929)	(33.337)
Variações das provisões técnicas	(2.641.335)	(2.908.288)
Total	5.906.788	5.213.482

b. Sinistros ocorridos

	2018	2017
Sinistros	(1.260.370)	(1.574.180)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	14.007	197.723
Serviço de assistência	(91.907)	(61.488)
Recuperação de sinistros	(12.940)	(10.151)
Total	(1.351.210)	(1.448.096)

c. Custos de aquisição - Seguros e previdência

f. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		
	2018	2017
VGBL.....	23.492.119	27.860.026
PGBL.....	2.461.808	3.017.687
Previdência.....	157.416	154.877
Total.....	26.111.343	31.032.590
g. Rendas com taxas de gestão		
	2018	2017
VGBL.....	1.779.946	1.609.378
PGBL.....	314.118	286.849
Previdência.....	11.786	11.397
Total.....	2.105.850	1.907.624
h. Outras receitas e despesas operacionais – Previdência		
	2018	2017
Reversão/provisão para riscos sobre outros créditos.....	85.526	(209.241)
Provisão de processos judiciais cíveis.....	(158.004)	(114.298)
Outras receitas e despesas operacionais.....	14.880	6.110
Total.....	(57.598)	(317.429)
i. Despesas administrativas		
	2018	2017
Despesas com pessoal próprio:	(339.769)	(327.899)
Ordenados.....	(103.682)	(98.001)
INSS/FGTS.....	(39.073)	(39.091)
Planos de previdência privada.....	(13.843)	(13.673)
Honorários da administração.....	(10.029)	(8.365)
Programa de alimentação ao trabalhador.....	(7.868)	(6.414)
Despesas com vale-transporte.....	(4.968)	(3.900)
Outras.....	(160.306)	(158.455)
Despesas com localização e funcionamento.....	(180.285)	(178.055)
Despesas com serviços de terceiros.....	(163.594)	(151.621)
Despesas com donativos e contribuições.....	(42.991)	(53.679)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(43.667)	(31.362)
Despesas administrativas diversas.....	(15.763)	(27.104)
Total.....	(786.069)	(769.720)
j. Despesas com tributos		
	2018	2017
Despesas com COFINS.....	(304.441)	(274.987)
Despesas com PIS.....	(49.472)	(44.685)
Despesas com ISS.....	(40.757)	(39.910)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(5.599)	(4.340)
Outras despesas com tributos.....	(3.212)	(1.372)
Total.....	(403.481)	(365.294)

k. Resultado financeiro		
i. Receitas financeiras		
	2018	2017
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de benefícios.....	9.455.152	15.152.874
Receitas com títulos de renda fixa.....	5.105.900	3.199.267
Receitas com títulos de renda variável - juros ao capital próprio, dividendos e ações.....	362.550	357.573
Outras receitas financeiras.....	109.502	83.560
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	20.319	29.374
Receitas com títulos de renda variável.....	10.222	3.615
Receitas com operações de renda variável e resseguros.....	685	165
Total.....	15.064.330	18.826.428
ii. Despesas financeiras		
Atualização monetária - VGBL.....	(7.865.527)	(12.648.221)
Atualização monetária - planos previdência e PGBL.....	(4.064.920)	(3.569.306)
Despesas com operações com seguros e resseguros.....	(697.953)	(252.801)
Despesas com títulos de renda fixa.....	(368.263)	(245.626)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais.....	(124.233)	(106.473)
Despesas com títulos de renda variável - ações.....	(12.736)	(86.064)
Atualização monetária de processos judiciais.....	(15.803)	(23.902)
Despesas com títulos de renda variável.....	(8.971)	(3.168)
Redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.....	-	(6.178)
Total.....	(13.207.436)	(16.942.279)
Total.....	1.856.894	1.884.149
l. Imposto de renda e contribuição social		
	2018	2017
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	(185.532)	206.371
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.604.960)	(2.550.134)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.790.492)	(2.343.763)
22 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social		
	2018	2017
Resultado antes de impostos e participações.....	6.417.968	5.148.726
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente.....	(2.888.086)	(2.316.927)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no lucro.....	2.966	2.591
Juros sobre capital próprio.....	45.000	-
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis:	48.547	(53.615)
- Doações e patrocínios.....	(20.568)	(25.781)
- Contribuições para entidade de classe.....	(3)	(68)
- Dividendos.....	9.405	6.204
- Outros.....	59.713	(33.970)
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos.....	1.081	24.188
Imposto de renda e contribuição social no exercício.....	(2.790.492)	(2.343.763)
Alíquota efetiva.....	43,48%	45,52%
23 Informações complementares		
a. Relatório do Comitê de Auditoria		
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 05 de fevereiro de 2019, no Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.		
b. Eventos subsequentes		
Atendendo ao dispositivo da Norma Evento Subsequente - CPC24, "obtenção de informação após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, indicando que um ativo estava desvalorizado ao final daquele período contábil ou que o montante da perda por desvalorização previamente reconhecida em relação a aquele ativo precisa ser ajustada"; destacamos que o evento VALE-Brumadinho, apesar de toda a atenção capturada e impactos no primeiro dia útil seguinte, quando o papel caiu cerca de 20%, obtendo posteriormente, recuperação parcial do preço de VALE3, não causou impacto relevante nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.		

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser - Diretor-Presidente	Alexandre Nogueira da Silva - Diretor	Bernardo Ferreira Castello Atuário - MIBA 1717
Ivan Luiz Gontijo Júnior - Diretor-Gerente	(*) Claudio Frota Leão Feitosa - Diretor	
Jair de Almeida Lacerda Júnior - Diretor-Gerente	Vinicius Marinho da Cruz - Diretor	João Batista Zorzete Contador - CRC 1SP248285/O-9
Curt Cortese Zimmermann - Diretor-Gerente	Juliano Ribeiro Marcilio - Diretor	
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Diretor-Gerente		

(*) Na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de janeiro de 2019, foi registrado o pedido de renúncia do Diretor Claudio Frota Leão Feitosa, bem como a designação de suas atividades entre os demais Diretores da Companhia perante a SUSEP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Vida e Previdência S.A.
Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas internacionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Bradesco Vida e Previdência S.A.

Barueri - SP

CNPJ: 51.990.695/0001-37

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BRADESCO Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião atuarial sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BRADESCO Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para a elaboração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679